SUMARÉ PREPARA NATAL DE R$ 21,5 MI AO FUNCIONALISMO E ALUNOS ATÉ 2027

Administração municipal pretende contratar cestas e kits natalinos para distribuição em 2026 e 2027; edital estabelece fornecimento de alimentos, embalagens e transporte, com julgamento pelo menor preço por lote PÁGINA 03

DOMINGO

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R$ 5,00

Tribuna Liberal

15 de Novembro de 2026
Nº 9.909

35 anos

◆ SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA

Contas rejeitadas ameaçam planos de ex-prefeitos para eleições 2028



FOTOS: ARQUIVO | TRIBUNA LIBERAL

Ex-mandatários de Monte Mor possuem problemas com rejeição de contas e ações judiciais

Reprovações confirmadas pela Câmara de Monte Mor contra Edivaldo Brischi e Thiago Assis podem repercutir nas próximas eleições municipais; histórico de Rodrigo Maia também envolve disputas judiciais e questionamento sobre contas, além de condenação

O caminho para as eleições de 2028 poderá ser mais complicado para ex-prefeitos de Monte Mor que acumulam rejeições de contas de suas administrações. Edivaldo Brischi (PSD) e Thiago Assis (PSB) tiveram exercícios financeiros reprovados pela Câmara Municipal, em decisões que podem provocar consequências eleitorais. O histórico também envolve Rodrigo Maia Santos, alvo de questionamentos judiciais relacionados a gestões anteriores. Os antecedentes poderão ser analisados pela Justiça Eleitoral. PÁGINA 07

INSTALAÇÕES ADEQUADAS



DIVULGAÇÃO

Chico defende estrutura para Bombeiros enquanto se define nova sede

O prefeito de Americana, Chico Sardelli (PL), defende a importância de fortalecer a estrutura do Corpo de Bombeiros. Recentemente, ele fez a entrega de uma nova viatura e de uma embarcação de salvamento. O investimento de R$ 230 mil chegou em um momento em que o município também discute a possibilidade de disponibilizar uma área pública para a construção de uma nova sede da corporação. PÁGINA 05

NOVAS TECNOLOGIAS



DIVULGAÇÃO

Hortolândia realiza 3ª edição de Almanaque Digital de Jogos Pedagógicos

A criatividade dos professores e o uso de novas tecnologias para melhorar a aprendizagem ganharam destaque em Hortolândia durante a IV Mostra de Jogos Educacionais, realizada nesta semana, no Auditório da Escola de Artes Augusto Boal, no Jardim Amanda II. O encontro reuniu cerca de 125 educadores da rede municipal para apresentar experiências desenvolvidas nas escolas ao longo de 2026. PÁGINA 09

SOB DEMANDA

Legislativo contrata empresa para serviços de engenharia em Paulínia

PÁGINA 06

FORMALIZADO

Coden fecha contrato de R$ 2,3 mi para manutenção de ruas em Nova Odessa

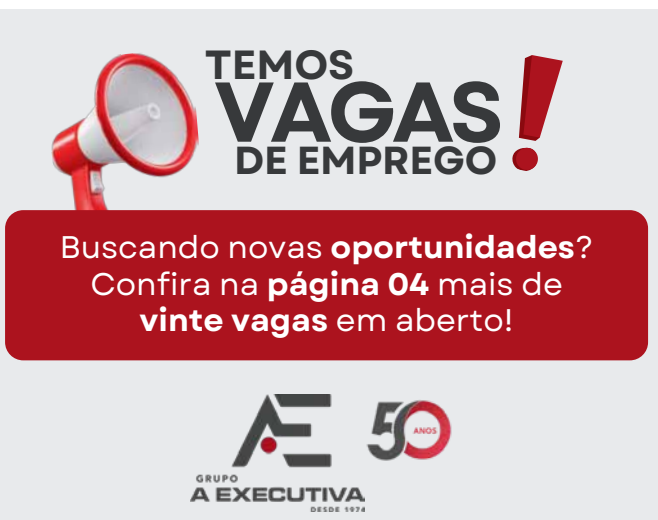
PÁGINA 08

CHARGE



ATENDIMENTO PÚBLICO

Hortolândia aprova onze entidades para projetos sociais municipais PÁGINA 04



OPINIÃO

tribunaliberal.com.br
jornaltribunaliberaldesumare

EXPEDIENTE

Diretor Executivo: **Ney Soares**
Edição: **Paulo Medina**
Reportagens: **Paulo Medina**, **Cézar Oliveira** e **Beth Soares**
Design Gráfico e Arte: **Fábio Leite**
Departamento Jurídico: **Paulo Roberto Pires de Lima** (OAB/SP 114.102)

Publicado pela empresa jornalística KLM Jornais e Revistas Ltda - CNPJ 08.767.796/0001-14
Em São Paulo (Sucursal): Fone (11) 4133-0154
sucursal@sucursal.com.br
Veccon Prime Center: Estrada Municipal Teodor Condiev, 970 - Salas 1403 e 1404 - Jardim Res. Veccon - Sumaré/SP
Cep 13.171-105 - Fones (19) 3903-5020 | 3367-9220

(FUNDADO EM 08 DE JUNHO DE 1991)

Clima Região

Sol com algumas nuvens. Não chove.

TEMPERATURA

Mínima **18º** • Máxima **30º**

Loterias

MEGA-SENA

Concurso 3085
5ª feira, 12 de Novembro de 2026

10 27 29 37 39 59

LOTOFÁCIL

Concurso 3828
5ª feira, 12 de Novembro de 2026

03 05 07 08 11
13 14 15 18 19
20 21 22 23 25

QUINA

Concurso 7166
5ª feira, 12 de Novembro de 2026

19 31 61 67 69

LOTOMANIA

Concurso 2998
4ª feira, 11 de Novembro de 2026

01 08 18 25 26
28 34 40 44 49
50 52 54 72 78
80 81 82 85 94

DUPLA SENA

Concurso 3031
4ª feira, 11 de Novembro de 2026

1º SORTEIO
13 16 18 21 27 28

2º SORTEIO
03 11 16 18 32 37

Telefones úteis

SUMARÉ

BRK Ambiental.....0800 771-0001
Bombeiros.....193
Delegacia de Polícia.....3873-1518
UPA Macarenko.....3903-1455
Prefeitura Municipal.....3399-5100
Seminário.....3399-5700
Câmara Municipal.....3883-8810
Fórum.....3873-2811
Delegacia da Mulher.....3873-3493
Ciretran.....3883-7100
Guarda Municipal.....3873-2656
Polícia Militar.....190 / 3873-1918
Conselho Tutelar.....3828-7893
Procon.....3399-5031
Hospital Regional.....3828-4727
Rodoviária.....3873-2026
Cartório de Registro Civil.....3828-1739
Iluminação Pública.....0800-779 2000

HORTOLÂNDIA

Sabesp.....3865-1091
Bombeiros.....193 / 3236-3733
Delegacia de Polícia.....3865-2517
Prefeitura Municipal.....3965-1400
Câmara Municipal.....3897-9900
Ciretran.....3897-6022
Guarda Municipal.....3809-8000
Polícia Militar.....190 / 3897-6033
1º Distrito Policial.....3887-1701
2º Distrito Policial.....3909-9003
Conselho Tutelar.....3865-3287
Procon.....3809-2289
Defesa Civil.....3897-9852
Maternidade.....3809-5100
Emergência.....192 / 3897-5944
Zoonozes (CCZ).....3897-5974

Sumaré reúne 41.795 estabelecimentos em 740 atividades econômicas e evidencia a força do empreendedorismo local

Luiz Carlos Luciano é Economista da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico de Sumaré-SP, Contador, Professor de Matemática, Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial e Controladoria e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



O município de Sumaré reúne 41.795 registros de estabelecimentos ativos, distribuídos em 740 atividades econômicas, conforme o Relatório do Perfil dos Estabelecimentos e das Atividades Econômicas (CNAE), elaborado pelo Departamento de Economia da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico. Com referência em 9 de novembro de 2026, o levantamento utiliza dados do Mapa de Empresas do Governo Federal, detalhados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O diagnóstico revela a diversidade do ambiente empresarial local e fornece informações para orientar ações de empreendedorismo, qualificação e desenvolvimento econômico.

Os microempreendedores individuais (MEIs) constituem a maior parcela, com 27.159 registros, equivalentes a 64,98% do total. As microempresas (MEs) somam 11.204 estabelecimentos (26,81%). Juntas, essas duas categorias alcançam 38.363 registros, ou 91,79% da base analisada, evidenciando a predominância dos negócios de menor porte. As empresas de pequeno porte (EPPs) representam 1.775 registros (4,25%), enquanto os demais enquadramentos reúnem 1.657 (3,96%). Considerados MEIs, MEs e EPPs, são 40.138 estabelecimentos, equivalentes a 96,04% do total, resultado que ressalta a importância de políticas de capacitação, gestão, formalização e acesso ao crédito.

A distribuição das 740 atividades mostra, simultaneamente, segmentos de maior concentração e ampla diversidade econômica. As dez atividades mais frequentes reúnem 13.557 registros (32,44% do total), enquanto as vinte primeiras alcançam 19.531 (46,73%). As outras 720 atividades somam 22.264 estabelecimentos (53,27%), demonstrando que mais da metade dos registros está distribuída fora das vinte primeiras posições. Essa variedade permite identificar necessidades específicas de diferentes segmentos e orientar políticas públicas mais direcionadas.

O transporte rodoviário de cargas lidera o ranking. A modalidade intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças, conta com 2.000 estabelecimentos (4,79%), seguida pelo transporte municipal de cargas, com 1.999 (4,78%). As duas atividades totalizam 3.999 registros, correspondentes a 9,57% da base municipal. A expressiva participação quantitativa desse segmento destaca a presença de serviços ligados à movimentação de mercadorias e oferece subsídios para ações de qualificação e fortalecimento das atividades de transporte e logística.

Na terceira posição aparecem os serviços de cabeleireiros, manicure e pedicure, com 1.749 estabelecimentos (4,18%). Outras atividades de estética e cuidados com a beleza somam 608 registros; juntas, essas duas categorias chegam a 2.357 estabelecimentos (5,64%). A preparação de documentos e os serviços especializados de apoio administrativo ocupam a quarta posição, com 1.519 registros (3,63%), e a promoção de vendas aparece em quinto lugar, com 1.390 (3,33%). Estas duas últimas atividades somam 2.909 registros (6,96%), evidenciando a presença de serviços de apoio administrativo e comercial, além das oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento da gestão.

O comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios ocupa a sexta posição, com 1.256 estabelecimentos (3,01%). Também se destacam o comércio de bebidas, com 556 registros (1,33%); de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal, com 407 (0,97%); minimercados, mercearias e armazéns, com 378 (0,90%); e o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, com 353 (0,84%). Esses números retratam a variedade dos estabelecimentos voltados ao consumo cotidiano e à oferta de produtos e serviços à população.

Na construção civil, as obras de alvenaria aparecem em sétimo lugar, com 1.160 estabelecimentos (2,78%), e os serviços de instalação e manutenção elétrica ocupam a nona posição, com 807 (1,93%). Somadas, essas duas atividades representam 1.967 registros (4,71%). O levantamento identifica ainda 514 estabelecimentos de pintura de edifícios (1,23%), 185 de construção de edifícios (0,44%) e 180 de aplicação de revestimentos e resinas (0,43%). A diversidade dessas especialidades indica espaço para iniciativas de qualificação técnica e apoio aos pequenos prestadores de serviços.

Os serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional ocupam a oitava posição, com 899 estabelecimentos (2,15%). Na décima posição estão as lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, com 778 registros (1,86%). O setor de alimentação também reúne 684 estabelecimentos de fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar (1,64%), 468 restaurantes e similares (1,12%) e 464 estabelecimentos de fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria (1,11%). São atividades que ampliam as opções de atendimento e de empreendedorismo na cidade.

Entre os demais segmentos relevantes estão o transporte de passageiros por locação de automóveis com motorista, com 717 registros (1,72%); a manutenção e reparação mecânica de veículos, com 666 (1,59%); os serviços de entrega rápida, com 647 (1,55%); e os serviços domésticos, com 642 (1,54%). O treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial reúne 472 estabelecimentos (1,13%). A presença dessas atividades, ao lado dos segmentos comerciais, de serviços e de construção, reforça a amplitude da estrutura empresarial de Sumaré.

O levantamento permite identificar as atividades com maior número de registros e o perfil por enquadramento empresarial, mas exige cuidado na interpretação: a planilha fornecida pelo SEBRAE apresenta quantidades agregadas por descrição de atividade, sem CNPJs individualizados ou confirmação expressa do CNAE principal de cada estabelecimento. Por isso, os números não permitem, isoladamente, medir faturamento, empregos gerados ou arrecadação tributária, nem validar individualmente a unicidade dos registros. A atualização periódica da base, com manutenção de critérios comparáveis, é essencial para acompanhar sua evolução.

Em síntese, os 41.795 registros distribuídos em 740 atividades econômicas e a participação de 96,04% de MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte evidenciam uma estrutura empresarial ampla e fortemente apoiada no empreendedorismo. O planejamento e o acompanhamento sistemático dos indicadores econômicos são fundamentais para uma gestão pública eficiente: permitem reconhecer demandas, definir prioridades, direcionar recursos e avaliar resultados. Com diagnósticos técnicos atualizados, o poder público pode aprimorar ações de formalização, qualificação, acesso ao crédito e apoio empresarial, favorecendo decisões mais transparentes, eficazes e orientadas ao desenvolvimento econômico sustentável de Sumaré.

Empresas endividadas podem renegociar débitos e ganhar fôlego para reorganizar as finanças

Selma Koshoji é contabilista e administradora de empresas



Manter uma empresa em funcionamento com parte do faturamento comprometida com dívidas é um desafio enfrentado por milhares de empreendedores brasileiros. Segundo dados da Serasa Experian, o Brasil tem mais de 9,3 milhões de empresas inadimplentes. Para os empresários que buscam alternativas para reorganizar as finanças, existem programas de renegociação de débitos nas esferas federal e municipal que podem ajudar a aliviar o orçamento e recuperar a capacidade de investimento dos negócios.

Uma das alternativas é o Novo Desenrola Brasil Pessoa Jurídica, iniciativa do Governo Federal voltada à renegociação de determinadas operações de crédito de Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte. O programa contempla operações vinculadas ao Pronampe e ao ProCred 360, com condições que podem incluir até 24 meses de carência e prazo de até 96 meses para pagamento.

Além das dívidas com instituições financeiras e débitos federais, os empresários de Sumaré têm uma oportunidade para regularizar pendências junto à Prefeitura. O programa Fique em Dia Sumaré foi prorrogado até 30 de novembro e também contempla empresas.

A iniciativa oferece 100% de desconto sobre juros e multas incidentes nos débitos municipais, conforme as condições previstas na legislação. Podem ser negociadas dívidas inscritas ou não em dívida ativa. O contribuinte também pode optar pelo pagamento à vista ou pelo parcelamento em até 12 vezes no cartão de crédito.

Apesar das oportunidades, a renegociação exige planejamento. A contabilista e administradora de empresas Selma Koshoji, diretora do Grupo Heisei, alerta que o empresário não deve considerar apenas o valor da nova parcela na hora de decidir por um acordo.

"Antes de aceitar uma renegociação, é fundamental entender o custo total da operação, o prazo de pagamento e, principalmente, o impacto das novas parcelas no fluxo de caixa da empresa. Uma prestação menor pode parecer vantajosa no primeiro momento, mas, se o prazo for muito longo ou os custos forem elevados, o empresário pode acabar apenas transferindo o problema para frente", orienta.

Segundo Selma, o primeiro passo é fazer um diagnóstico da situação financeira da empresa, identificando todas as dívidas, seus respectivos custos, prazos e condições de pagamento. Com essas informações, é possível avaliar quais compromissos devem ser priorizados e quais alternativas realmente oferecem vantagens para o negócio.

A contabilista também recomenda que o empresário procure orientação profissional antes de assumir novos compromissos financeiros. A análise do contador pode ajudar a comparar as condições oferecidas, verificar a capacidade de pagamento e identificar se a renegociação é compatível com a realidade financeira da empresa.

"Renegociar uma dívida não significa necessariamente resolver o problema. É preciso ter certeza de que a nova condição cabe no orçamento e permite que a empresa continue operando sem comprometer ainda mais o capital de giro. Quem tem uma dívida empresarial e não sabe se a renegociação faz sentido deve procurar seu contador antes de fechar o acordo", finaliza.



Chico defende estrutura para Corpo de Bombeiros

LEIA MAIS NA PÁGINA 05



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (495)
O banquinho de três pernas

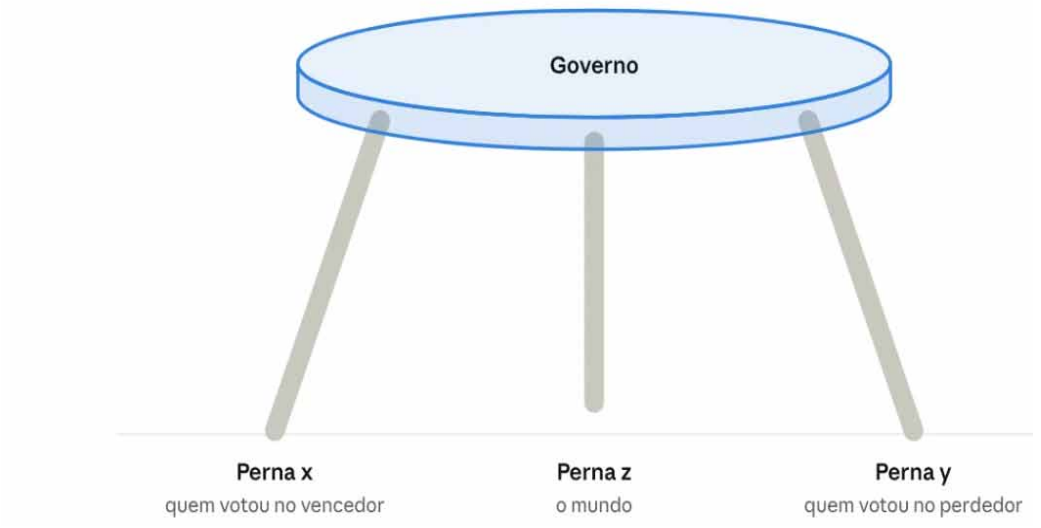
Na noite de 25 de outubro, quando as urnas confirmaram a reeleição de Lula, com 51,75% dos votos válidos contra 48,25% de Flávio Bolsonaro, um contrato foi assinado. Não um contrato que um juiz possa executar: o mandato não é imperativo, e ninguém processa presidente por promessa de campanha. É um contrato de confiança. As propostas ficaram até registradas na Justiça Eleitoral, como manda a lei. A cobrança, porém, só pode vir do próprio eleitor.

Imagine um gráfico com três eixos. No primeiro, o x, está o contrato com quem votou no vencedor: o programa, as promessas ao trabalhador. No segundo, o y, está o contrato com quem votou no perdedor, quase metade do país. "Vou governar para todos os brasileiros", dizem os eleitos, e não por cortesia. A democracia só funciona porque quem perde aceita o resultado; os cientistas políticos chamam isso de consentimento dos perdedores. Em troca, o vencedor deve ouvi-los, negociar e não governar contra eles.

No terceiro eixo, o z, está o contrato com o mundo. Não estamos sozinhos. Tratados obrigam o país seja qual for o governo, e há uma parte não escrita desse contrato: a confiança de quem empresta, investe e compra do Brasil. Essa confiança tem preço, e o preço aparece no dólar e nos juros.

Governar, dizia Bismarck, é a arte do possível. Eu diria que é a arte de manter de pé um banquinho de três pernas. Três pontos definem um plano; por isso o banco de três pernas não balança nem em chão irregular. Mas, se uma perna for curta demais, ele tomba.

Governar é manter de pé um banquinho de três pernas



Os números das últimas semanas mostram a perna z e a perna y encurtando. No dia seguinte à eleição, o dólar subiu 8,36%, a maior alta em 23 anos. No domingo, dia 8, o presidente foi à televisão reafirmar o compromisso com a responsabilidade fiscal, mas sem anunciar medida alguma. Na terça, dia 10, o dólar fechou perto de R$ 5,59, o maior valor em 15 meses. No mesmo dia, a ata do Copom explicou por que o Banco Central interrompeu os cortes e manteve a Selic em 13,75% ao ano; entre os riscos à inflação, aparece a desvalorização do real ligada à incerteza política. E o Boletim Focus prevê inflação de 4,90% em 2027, acima do teto da meta, com o crescimento do PIB caindo para apenas 1,15%. Menos crescimento e mais inflação: o pior dos mundos.

O governo tem outra leitura. Diz que o mercado reage a expectativas, e não a fatos, e as medidas começam a aparecer: segundo a imprensa, Fazenda e Senado negociam um ajuste de até R$ 80 bilhões para 2027, cerca de 0,5% do PIB, com detalhes previstos para depois da COP31. Mas expectativa, em economia, também é fato: é ela que define o juro que o empresário paga para investir e o preço que o trabalhador paga no supermercado.

É o duelo entre o Focus e o Firmus. De um lado, o Boletim Focus, termômetro do mercado, subiu a previsão da Selic no fim do ano para 13,75%, e os juros futuros já rodam acima disso, como quem cobra alta. Do outro, o PT acusa o Banco Central de ceder ao mercado e pressiona Lula a preencher as vagas da diretoria com nomes favoráveis a juros menores. No meio, o BC escolheu a firmeza, o firmus dos latinos: nem cortou, nem subiu. Galípolo lembrou que credibilidade se constrói com tempo, sem atalho. Juro não cai por decreto nem sobe por gritaria; cai quando a perna fiscal se firma.

Enquanto aguardamos o presidente decidir, lembremos que o banquinho não tem um único marceneiro. O Congresso não pode nomear o ministro da Fazenda, escolha exclusiva do presidente, mas pode propor o próprio ajuste: projetos que revisem despesas, benefícios tributários e regras fiscais, respeitada a iniciativa do Executivo sobre o orçamento. Se houver veto, a maioria absoluta de deputados e senadores pode derrubá-lo. E uma emenda constitucional, aprovada por três quintos em dois turnos em cada Casa, nem passa pela sanção presidencial. Um Congresso que tanto cobra responsabilidade fiscal poderia, enfim, mostrar a que veio. A provocação, porém, vale para os dois lados: austeridade de verdade também alcançaria as emendas parlamentares. É aí que se saberá quem quer consertar o banco e quem só quer sentar nele.

E aqui está o nó. O trabalhador precisa do empresário, assim como o empresário precisa de quem trabalhe e consuma. Firmar só a perna do eleitorado, eixo x, com promessas ao trabalhador sem a confiança de quem gera emprego, não segura o banquinho. O juro alto e o dólar caro acabam cobrando a conta justamente de quem se queria proteger.

E como isso chega a Hortolândia? O emprego formal da cidade vinha bem: 558 vagas em agosto, o melhor saldo do ano. Em setembro, foram 165. No país, o saldo de janeiro a setembro foi o menor desde 2020. Juro alto encarece o crédito de quem compra máquina, carro ou geladeira, e a indústria da região sente primeiro. E o ajuste em Brasília mexe nos pisos da saúde e da educação, dinheiro que em parte chega às prefeituras.

Não se trata de escolher entre o trabalhador e o mercado, nem entre a soberania e o mundo. Trata-se de equilíbrio. Um banquinho com uma perna forte e duas fracas não é um banco firme; é um tombo adiado.

Da porteira para fora, o que se espera de quem governa é simples de dizer e difícil de fazer: cuidar das três pernas ao mesmo tempo.

Sumaré realiza licitação de R$ 21,5 milhões para kits e cestas de Natal

Prefeitura prevê a distribuição de produtos natalinos para servidores municipais e alunos da rede pública nos anos de 2026 e 2027; edital inclui carnes, panetones, chocolates e bolsas térmicas, com abertura da disputa marcada para esta segunda-feira, dia 16 de novembro; ideia é valorização



DIVULGAÇÃO

Valor estimado de R$ 21.505.127,50 corresponde ao conjunto da contratação planejada para dois exercícios

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré abriu uma licitação com valor estimado em R$ 21,5 milhões para a aquisição de kits e cestas natalinas destinados aos servidores públicos municipais e estudantes da rede municipal de ensino. A contratação está prevista para atender às comemorações de Natal de 2026 e 2027. O aviso foi publicado no Diário Oficial do Município, por meio do Pregão Eletrônico nº 58/2026, vinculado à Licitação nº 83/2026.

De acordo com o edital, a administração municipal pretende contratar fornecedores responsáveis pelo fornecimento dos alimentos, montagem dos kits, acondicionamento, embalagens, bolsas térmicas, transporte e entrega dos produtos. A contratação será realizada por meio do sistema de registro de preços, modalidade que permite à Prefeitura solicitar os itens conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de adquirir todo o quantitativo previsto.

A relação de produtos inclui ave natalina, alcatra suína, pernil, filé mignon suíno, lombo temperado, panetones de frutas e chocolate, bombons, biscoitos, salame, queijo provolone, pêssego em calda, azeitonas e outros alimentos tradicionalmente consumidos nas festas de fim de ano. O edital também estabelece exigências relacionadas à qualidade, conservação, embalagem e transporte dos produtos.

Entre os quantitativos apresentados na licitação, estão 13 mil unidades de cada produto previsto para a composição das cestas natalinas dos servidores. Para os kits destinados aos estudantes, a relação inclui 47 mil unidades de ave natalina, lombo suíno e bolsas térmicas. As quantidades representam a previsão de aquisição estabelecida no procedimento e poderão variar conforme as necessidades da administração municipal.

O valor estimado de R$ 21.505.127,50 corresponde ao conjunto da contratação planejada para os dois exercícios. O montante não representa uma despesa já realizada, uma vez que o processo ainda depende da disputa entre as empresas interessadas, da definição dos fornecedores e das futuras solicitações de compra.

Segundo o aviso publicado no Diário Oficial, a sessão pública do pregão está marcada para o dia 16 de novembro, às 9h, pela plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas. O julgamento será pelo critério de menor valor por lote. Os documentos completos também podem ser consultados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A iniciativa integra os preparativos da administração municipal para as festividades de fim de ano e contempla tanto os profissionais que atuam nos serviços públicos quanto os alunos atendidos pelas escolas municipais.

SHOW DE GABRIELA ROCHA

Além da aquisição dos kits natalinos, a Prefeitura de Sumaré também autorizou a contratação da cantora gospel Gabriela Rocha para uma apresentação durante o evento "Natal para Jesus", previsto para o final deste ano. Conforme reportagem publicada pelo **Tribuna Liberal** em 18 de outubro, o show terá custo de R$ 300 mil e foi contratado por inexigibilidade de licitação, por meio da empresa Criative Agenciamento Ltda.

TERCEIRO SETOR

Hortolândia classifica 11 entidades para projetos sociais no município

Resultado divulgado no Diário Oficial aponta as três instituições com pontuação máxima de 100 pontos; organizações selecionadas poderão firmar parcerias com a Prefeitura para desenvolver seus projetos na área de assistência social

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br


DIVULGAÇÃO
Resultado preliminar de chamamento foi divulgado pela Prefeitura de Hortolândia

A Prefeitura de Hortolândia divulgou a classificação preliminar de 11 organizações sociais interessadas em desenvolver projetos de assistência social com recursos municipais. O resultado foi publicado no Diário Oficial e faz parte do Chamamento Público nº 08/2026, previsto no Edital nº 117/2026. Entre as participantes, três alcançaram a pontuação máxima de 100 pontos: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Hortolândia, Casa Nova Esperança e Instituto Formação. Todas as entidades avaliadas receberam a condição de classificadas, mas o procedimento ainda permite a apresentação de recursos antes da conclusão da seleção.

A iniciativa busca selecionar propostas elaboradas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a execução de projetos socioassistenciais no município. As futuras parcerias serão formalizadas por meio de termos de fomento, utilizando recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

A avaliação foi conduzida pela Comissão de Seleção e Parcerias, responsável por analisar os projetos apresentados pelas instituições conforme os critérios estabelecidos no edital.

Entre os aspectos considerados estão a relação das propostas com os objetivos do chamamento, a fundamentação técnica, a definição de metas, os métodos de execução, os resultados sociais esperados, a viabilidade financeira e a experiência das organizações.

A classificação divulgada apresenta diferenças nas pontuações, embora todas as 11 entidades tenham sido consideradas aptas nesta etapa preliminar.

A Apae de Hortolândia, a Casa Nova Esperança e o Instituto Formação receberam 100 pontos cada, alcançando a maior nota possível nos sete critérios avaliados.

Na sequência aparecem os Patrulheiros e Guarda Mirim de Hortolândia, a Contato Obras Sociais e Educacionais e o Centro Comunitário São Pedro, todos com 93 pontos.

Outras três instituições receberam 86 pontos: Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (Adra), Casa Betânia da Paz e Associação Casa da Criança Feliz.

A Associação Batista Fruto da Esperança (Asbafe) obteve 79 pontos, enquanto a Associação Beneficente Pedra Viva, Moriah, alcançou 78 pontos.

O resultado demonstra que as organizações apresentaram propostas consideradas classificadas pela comissão, embora com desempenhos diferentes nos quesitos técnicos e sociais estabelecidos pelo município.

A pontuação máxima possível era de 100 pontos, distribuídos entre sete critérios. O alinhamento ao eixo temático representava até 20 pontos, enquanto a fundamentação técnica, a clareza dos objetivos, a coerência metodológica e o impacto social esperado valiam até 15 pontos cada. A viabilidade técnica e financeira e a experiência da instituição correspondiam a até dez pontos por item.

Apesar da divulgação das classificações, o processo seletivo ainda não foi encerrado. O edital estabeleceu prazo para que as organizações participantes apresentassem recursos contra o resultado preliminar.

A classificação preliminar não significa que os recursos já tenham sido liberados ou que os termos de fomento estejam assinados. A formalização das parcerias dependerá das próximas etapas previstas no procedimento administrativo.

O Chamamento Público nº 08/2026 integra as iniciativas de financiamento de projetos sociais desenvolvidos por organizações da sociedade civil, com a finalidade de apoiar ações de assistência social em Hortolândia.











Hortolândia lança terceira edição de Almanaque Digital de Jogos
LEIA MAIS NA PÁGINA 09

Chico defende estrutura a Bombeiros enquanto se define área de nova sede

Prefeito destaca entrega recente de R$ 230 mil em equipamentos à corporação, que busca substituir prédio antigo por estrutura mais moderna; terreno próximo ao Hospital Municipal está entre as alternativas avaliadas pelo governo

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br



DIVULGAÇÃO

Chico Sardelli acompanhou a entrega de uma viatura e uma balsa de salvamento ao Corpo de Bombeiros

O prefeito de Americana, Chico Sardelli (PL), defende a importância de fortalecer a estrutura do Corpo de Bombeiros. Recentemente, ele fez a entrega de uma nova viatura e de uma embarcação de salvamento. O investimento de R$ 230 mil chegou em um momento em que o município também discute a possibilidade de disponibilizar uma área pública para a construção de uma nova sede da corporação.

Entre os locais considerados está um terreno nas proximidades do Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, na região da Avenida da Saúde. A proposta, entretanto, ainda depende de definições sobre o imóvel e da obtenção de recursos para a construção.

A entrega da nova estrutura aconteceu nas atuais instalações dos Bombeiros, na Avenida Bandeirantes, e marcou a incorporação de dois equipamentos destinados a ampliar as condições de atendimento às ocorrências.

Uma viatura Renault Duster, adquirida por R$ 185 mil, é utilizada no deslocamento dos integrantes da corporação. O segundo equipamento é uma balsa de salvamento, avaliada em R$ 45 mil, destinada a operações de resgate em ambientes aquáticos.

Os R$ 230 mil investidos nas aquisições são provenientes de emenda parlamentar do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSB), articulada por intermédio do vereador Thiago Brochi (PL).

Chico ressaltou o trabalho desempenhado pelos bombeiros na proteção da população de Americana e de municípios vizinhos. O prefeito destacou que a chegada dos equipamentos representa um reforço importante para as atividades de emergência e salvamento.

O chefe do Executivo também reconheceu a contribuição dos profissionais da corporação. O vice-prefeito Odir Demarchi acompanhou a entrega, que reuniu representantes do comando regional dos Bombeiros, entre eles o coronel Bernardo Curioni, responsável pelo Comando de Bombeiros do Interior 1, e o capitão Paulo Ricardo Baldin Rossetti, comandante interino do 16º Grupamento de Bombeiros de Piracicaba.

Também participaram o capitão Pedro Henrique Costa Bernardo, comandante do 3º Subgrupamento, e o tenente Antonio Carlos Brustolin Júnior, responsável pelo posto de Americana.

Além dos investimentos em equipamentos, a necessidade de instalações mais adequadas permanece entre as demandas da corporação.

Em tratativas divulgadas anteriormente, o Corpo de Bombeiros manifestou interesse em transferir suas atividades para um novo endereço. A principal justificativa envolve as limitações do imóvel utilizado atualmente, construído em 1979, além das dificuldades de acesso provocadas pela movimentação de veículos na Avenida Bandeirantes.

Uma das possibilidades apresentadas é a utilização de um terreno municipal próximo ao Hospital Municipal, na Avenida da Saúde. A região possui áreas institucionais que poderiam receber a futura estrutura.

O secretário municipal de Planejamento, Diego Guidolin, havia confirmado que o local estava entre as alternativas consideradas pela administração. No entanto, ressaltou a necessidade de estudos antes de qualquer definição.

A eventual construção dependeria da escolha de um terreno adequado, da formalização de sua transferência ao Governo do Estado e da disponibilidade de recursos para executar o projeto. Em manifestação anterior, o capitão Hudson Humphreys, do Corpo de Bombeiros, informou que a corporação demonstrou interesse em uma das áreas próximas ao hospital. Segundo ele, a localização poderia facilitar o deslocamento das viaturas para importantes corredores viários, como a Rodovia Anhanguera e a SP-304. A posição geográfica é considerada relevante porque o posto de Americana também participa do atendimento de ocorrências em municípios da região.

Antes da alternativa próxima ao Hospital Municipal, chegou a ser considerada uma área anteriormente ocupada pela União Operária. A existência de uma disputa judicial envolvendo o imóvel, porém, levou ao abandono dessa possibilidade.

PROJETO JÁ TEVE PEDIDO DE R$ 5 MILHÕES

A construção de uma nova sede também foi discutida durante audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), realizada em Americana, para tratar da elaboração do orçamento estadual de 2026.

Na ocasião, o capitão Hudson Humphreys solicitou a destinação de R$ 5 milhões para viabilizar as obras. O pedido buscava garantir recursos estaduais para substituir as instalações utilizadas há décadas.

Durante as discussões, representantes da Prefeitura demonstraram disposição para avaliar a cessão de uma área municipal.

Enquanto a construção de um novo prédio não é definida, o reforço da estrutura atual ocorre por meio da aquisição de veículos e equipamentos.



Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Roberty Morais lança projeto autoral e prepara novidades para a sequência da carreira



Roberty prepara o lançamento do audiovisual "Modo Retrô", um projeto criado para resgatar e celebrar músicas que marcaram gerações. A proposta é revisitar grandes sucessos com uma nova roupagem, proporcionando ao público uma experiência de nostalgia, entretenimento e muita música boa.

Da simplicidade de uma família do interior à construção de uma carreira marcada pela música, pela fé e pela determinação. Natural de Mogi Guaçu, cidade do interior do Estado de São Paulo, Robson Narciso Morais, artisticamente conhecido como Roberty Morais carrega consigo uma história de superação, talento e paixão pela música.

Filho de pai cortador de cana e mãe dona de casa, Roberty cresceu ao lado de quatro irmãs, em uma família humilde, todos nascidos e criados em uma simples casa de tapera. Foi nesse cenário, longe dos grandes palcos e dos holofotes, que nasceu o sonho de viver da música — sonho que, com muito trabalho, fé e perseverança, começou a ganhar proporções cada vez maiores.

Casado e pai de um menino, Roberty encontra na família sua principal fonte de força e inspiração. Hoje, conta com o apoio e a dedicação daqueles que estão ao seu lado para continuar correndo atrás dos seus sonhos.

UMA HISTÓRIA CONSTRUÍDA NOS PALCOS

Sua relação com a música começou ainda aos 11 anos de idade, quando descobriu que os instrumentos seriam parte fundamental de sua trajetória. Autodidata e multi-instrumentista, Roberty domina violão, guitarra, piano, baixo e bateria, além de se aventurar pela sanfona, demonstrando versatilidade e facilidade para transitar por diferentes sonoridades.

Antes de seguir carreira solo, Roberty integrou a dupla Roberty & Ruan, projeto que o levou a percorrer boa parte do Brasil, realizando shows em diferentes cidades e consolidando sua experiência nos palcos. Durante essa fase, a dupla conquistou espaço nas rádios, teve músicas executadas em diferentes regiões e construiu uma trajetória marcada por apresentações em importantes eventos, rodeios e casas de shows.

UMA NOVA FASE

Agora, em carreira solo, Roberty Morais inicia um novo capítulo profissional, trazendo uma identidade artística ainda mais madura, moderna e versátil. O artista apresenta seu novo trabalho, "Luz do Poste", música que marca oficialmente essa nova fase e reforça sua proposta de unir personalidade, emoção e diversidade musical.

O single é uma composição de Danilo Souza, Gilly Gomes, Giovane Venâncio, Inesita, Maísa Lima e Marthus Martins. A produção musical ficou a cargo de Gustavo Burgo e a produção executiva é assinada por Dionne Franca Silva e Victor Fontoura.

UM ESPETÁCULO ALÉM DA MÚSICA

Mais do que um cantor, Roberty Morais se apresenta como um artista completo. Sua experiência como multi-instrumentista, somada aos anos de estrada e aos grandes palcos que já percorreu, contribui para a construção de um show dinâmico, diversificado e pensado para diferentes públicos. Os próximos projetos prometem elevar ainda mais esse conceito, com diversidade de repertório, estrutura diferenciada e uma experiência que vai muito além de um simples show. A proposta é transformar cada apresentação em um verdadeiro espetáculo — daqueles que o público não apenas assiste, mas vive e leva na memória.

Sua história é guiada por uma convicção simples, mas poderosa: sonhos podem levar uma pessoa aos maiores patamares da vida quando existe fé, trabalho e coragem para acreditar. E, acima de tudo, Roberty segue sua caminhada com Deus no controle, acreditando que cada etapa da trajetória tem um propósito. O sonho continua. E o próximo capítulo promete ser ainda maior.

R$ 143 MIL

Câmara de Paulínia contrata empresa para executar serviços de engenharia

Contrato com a Tríade Soluções em Engenharia e Arquitetura prevê acompanhamento de obras, vistorias, avaliações técnicas e suporte à manutenção de instalações por 12 meses; serviços de internet foram contratados por R$ 36,3 mil

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br


DIVULGAÇÃO
Contrato foi formalizado durante a gestão do presidente da Câmara, Pedro Bernarde

A Câmara Municipal de Paulínia firmou um contrato de R$ 143.553,60 para a prestação de serviços especializados de engenharia e arquitetura destinados ao acompanhamento das condições estruturais e da manutenção de suas instalações. A empresa contratada é a Tríade Soluções em Engenharia e Arquitetura Ltda., que ficará responsável por fornecer apoio técnico à administração do Legislativo em atividades relacionadas a obras, avaliações, fiscalização e conservação predial.

O acordo foi assinado em novembro e terá duração de 12 meses, com encerramento previsto para 3 de novembro de 2027.

A contratação foi realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 004/2026, vinculado ao Processo de Compra nº 043/2026, e prevê a execução de serviços conforme as necessidades identificadas pela Câmara.

Entre as atribuições da empresa estão a elaboração de documentos técnicos, realização de vistorias, emissão de pareceres e avaliações sobre as condições das instalações do Legislativo. O contrato também contempla atividades de planejamento, fiscalização e acompanhamento de intervenções relacionadas à infraestrutura do prédio.

Os profissionais contratados deverão oferecer suporte especializado para auxiliar a administração na análise de demandas de manutenção e em procedimentos envolvendo obras públicas nas dependências da Câmara.

O modelo de prestação dos serviços será sob demanda, permitindo o acionamento da empresa conforme as necessidades técnicas surgirem durante a vigência contratual.

A iniciativa busca oferecer suporte à gestão das instalações e às decisões administrativas que dependem de conhecimento especializado nas áreas de engenharia e arquitetura.

Os serviços também poderão contribuir para a identificação de problemas estruturais, avaliação de necessidades de reparos e acompanhamento técnico de intervenções executadas no imóvel.

O contrato foi formalizado durante a gestão do presidente da Câmara, Pedro Luiz de Bernarde Netto.

O documento não detalha, no extrato apresentado, a quantidade de profissionais que serão disponibilizados pela contratada nem estabelece um cronograma específico de obras ou intervenções a serem realizadas.

SERVIÇO DE INTERNET

Além do contrato de engenharia, a Câmara de Paulínia homologou outro procedimento licitatório destinado à contratação de serviços de internet para suas instalações.

O Pregão Eletrônico nº 007/2026, referente ao Processo de Compra nº 056/2026, teve como vencedora a empresa PGR Telecomunicações Ltda., pelo valor global de R$ 36.330.

A contratação prevê o fornecimento contínuo de conexão por fibra óptica, com velocidade mínima de 1 gigabit por segundo (Gbps), tanto para download quanto para upload.

O serviço deverá contar com link dedicado, disponibilização de endereço IP público e suporte técnico durante 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados.

A empresa também ficará responsável pela instalação, ativação, configuração e operação da conexão, além de fornecer os equipamentos, materiais e demais recursos necessários ao funcionamento do sistema.

Diferentemente do contrato de engenharia, a contratação da internet contempla um período de 60 meses, equivalente a cinco anos.

Somados, os dois procedimentos representam R$ 179.883,60 em valores globais contratados ou homologados, destinados ao suporte técnico das instalações e à infraestrutura de conectividade da Câmara Municipal de Paulínia.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Açúcar no sangue: por que precisamos entender a nossa glicemia?

Quando falamos em açúcar no sangue, muitas pessoas associam imediatamente o assunto ao diabetes ou à necessidade de evitar doces e carboidratos. Mas a glicose participa de processos fundamentais do nosso organismo, e compreender como ela é regulada é importante para todos nós, independentemente de termos ou não alguma alteração metabólica.

Ao longo do dia, nossa glicemia varia naturalmente, especialmente após as refeições. Essas oscilações fazem parte do funcionamento normal do corpo, que possui mecanismos para manter a concentração de glicose dentro de limites adequados. O que precisamos compreender é como esse equilíbrio acontece, qual é o papel da insulina e de que maneira nossos hábitos alimentares, a atividade física e outras condições de saúde interferem nesse processo.

E é justamente aqui que entram algumas dúvidas bastante comuns: será que comer carboidratos provoca necessariamente um aumento prejudicial da glicemia? A composição de uma refeição modifica essa resposta? Comer a salada antes do arroz realmente faz diferença? E o que muda quando uma pessoa apresenta resistência à insulina ou diabetes?

Para entender essas questões, precisamos começar pelo papel da insulina. Quando consumimos alimentos que contêm carboidratos, parte deles é digerida e absorvida na forma de glicose, que chega à circulação sanguínea. Em resposta ao aumento da glicemia, o pâncreas libera insulina, um hormônio que facilita a utilização e o armazenamento da glicose pelo organismo, especialmente nos músculos e no tecido adiposo, além de ajudar a controlar a produção de glicose pelo fígado. Dessa forma, a glicemia tende a retornar gradualmente aos valores habituais.

A eficiência desse processo depende, entre outros fatores, da sensibilidade das células à insulina. Quando essa sensibilidade está preservada, o organismo consegue responder adequadamente à ação do hormônio. Já na resistência à insulina, os tecidos apresentam uma resposta reduzida, fazendo com que o pâncreas precise produzir quantidades maiores de insulina para manter a glicemia controlada. Com o tempo, quando essa compensação se torna insuficiente, os níveis de glicose podem se elevar, favorecendo o desenvolvimento do pré-diabetes e do diabetes tipo 2.

É importante lembrar que resistência à insulina e diabetes não são sinônimos. Uma pessoa pode apresentar resistência à insulina e ainda manter a glicemia dentro dos valores considerados normais. No diabetes tipo 2, além da resistência à insulina, existe um comprometimento progressivo da capacidade do pâncreas de produzir insulina suficiente para atender às necessidades do organismo. Já no diabetes tipo 1, ocorre uma destruição autoimune das células produtoras desse hormônio, exigindo tratamento com insulina.

Mas como a alimentação participa desse processo? A resposta da glicose após uma refeição depende de diversos fatores, incluindo a quantidade e o tipo de carboidrato consumido, a presença de fibras, proteínas e gorduras e as características individuais de cada pessoa.

Pense, por exemplo, em alguém que consome um pão francês sozinho no café da manhã. Agora imagine esse mesmo pão acompanhado de ovos e uma fruta. A presença de proteínas, fibras e outros nutrientes pode modificar a velocidade da digestão e da absorção dos carboidratos, influenciando a resposta glicêmica e a saciedade. Isso não significa que comer pão sozinho seja necessariamente prejudicial, mas demonstra como a composição da refeição pode fazer diferença.

O mesmo acontece com o tradicional arroz e feijão. Essa combinação oferece carboidratos, proteínas vegetais e fibras. Quando acrescentamos uma porção de hortaliças e uma fonte de proteína, construímos uma refeição mais completa, que pode contribuir para uma resposta glicêmica mais gradual, além de fornecer nutrientes importantes para a saúde.

Outro assunto que tem despertado interesse é a ordem em que consumimos os alimentos. Algumas pesquisas mostram que iniciar uma refeição pelas hortaliças e proteínas, deixando os alimentos ricos em carboidratos para depois, pode reduzir a

elevação da glicemia após comer, especialmente em pessoas com alterações no metabolismo da glicose. Isso acontece, entre outros mecanismos, por mudanças na velocidade do esvaziamento gástrico e nas respostas hormonais relacionadas à digestão.

Entretanto, precisamos interpretar esses resultados com cuidado. Embora essa estratégia possa ser útil em determinadas situações, ainda existem limitações nas evidências sobre seus benefícios a longo prazo. Não significa que todos precisem começar obrigatoriamente pela salada ou transformar cada refeição em uma sequência rígida. A composição global da alimentação, as quantidades consumidas e a regularidade dos hábitos continuam sendo fundamentais.

Para pessoas com diabetes, o acompanhamento da glicemia assume uma importância ainda maior. A alimentação precisa ser planejada considerando as necessidades individuais, a quantidade e a distribuição dos carboidratos, a prática de atividade física e os medicamentos utilizados. Para quem faz uso de insulina, por exemplo, compreender a relação entre o consumo de carboidratos e a ação do medicamento é essencial para reduzir o risco tanto de hiperglicemia quanto de hipoglicemia.

Já para pessoas sem diabetes, não existe necessidade de tentar impedir toda elevação da glicose após as refeições. Nosso organismo foi desenvolvido para lidar com essas variações, e uma resposta glicêmica normal não deve ser interpretada automaticamente como um problema de saúde.

Também precisamos lembrar que a sensibilidade à insulina não depende apenas do que comemos. A prática regular de atividade física, especialmente exercícios que envolvem grandes grupos musculares, favorece a utilização da glicose e melhora a sensibilidade à insulina. O sono, a composição corporal, a genética e determinadas condições de saúde também influenciam esse processo.

Compreender o funcionamento da glicemia é importante para prevenir alterações metabólicas, reconhecer fatores de risco e fazer escolhas alimentares mais conscientes. Mas esse conhecimento precisa servir como ferramenta de cuidado, e não como motivo para desenvolver medo dos carboidratos ou transformar a alimentação em uma preocupação constante.

Afinal, manter a glicemia em equilíbrio não significa evitar qualquer aumento do açúcar no sangue, mas favorecer o funcionamento adequado dos mecanismos que regulam sua concentração. E isso envolve muito mais do que controlar um alimento isoladamente: envolve compreender a alimentação como um todo, respeitar as necessidades individuais e construir hábitos que contribuam para a saúde ao longo da vida.

REFLEXOS ELEITORAIS

Ex-prefeitos de Monte Mor com contas rejeitadas podem ficar fora da eleição

Decisões do Poder Legislativo contra Edivaldo Brischi e Thiago Assis geram questionamentos sobre futuro eleitoral dos ex-prefeitos do município; Rodrigo Maia também possui antecedentes envolvendo rejeição de contas e processos judiciais



FOTOS: ARQUIVO | TRIBUNA LIBERAL

Edivaldo Brischi e Thiago Assis tiveram contas rejeitadas pela Câmara; Rodrigo Maia também possui reprovações

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As eleições municipais de 2028 ainda estão distantes, mas decisões recentes da Câmara de Monte Mor podem ter reflexos no futuro político de ex-prefeitos da cidade. Edivaldo Brischi (PSD) e Thiago Assis (PSB), que administraram o município em diferentes períodos, tiveram contas de suas gestões rejeitadas pelos vereadores após pareceres desfavoráveis do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). As reprovações geram dúvidas sobre possíveis restrições eleitorais previstas na Lei da Ficha Limpa. O ex-prefeito Rodrigo Maia Santos também aparece nesse histórico, embora sua situação envolva decisões de períodos anteriores e processos judiciais distintos.

No caso de Edivaldo Brischi, que administrou Monte Mor entre 2021 e 2024, a Câmara rejeitou as contas referentes aos exercícios de 2022 e 2023. A primeira decisão ocorreu em 8 de junho deste ano, quando os vereadores aprovaram, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2026, acompanhando o parecer desfavorável do TCE-SP.

Segundo informações publicadas no site oficial do Legislativo, o Tribunal identificou problemas relacionados à administração financeira, ao controle interno e à prestação de serviços públicos. Entre os apontamentos estavam falhas na gestão de encargos sociais, deficiência nos mecanismos de fiscalização interna, falta de medicamentos, demanda reprimida por vagas em creches e longas filas para procedimentos na rede municipal de saúde.

Durante a tramitação, Brischi apresentou defesa por escrito, contestou os apontamentos e argumentou que sua administração havia cumprido a legislação. O ex-prefeito sustentou que as falhas identificadas não tinham gravidade suficiente para justificar a rejeição das contas.

A segunda reprovação ocorreu em 13 de outubro, quando a Câmara rejeitou as contas de 2023, por 13 votos a um. A decisão acompanhou o parecer desfavorável do TCE-SP e o Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2026, apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento.

Nesse exercício, o órgão fiscalizador apontou déficit orçamentário, atrasos no recolhimento de contribuições previdenciárias e descumprimento de parcelas de acordos firmados com o Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor (Ipremor), além de problemas administrativos e na prestação de serviços públicos.

Brischi também apresentou defesa escrita nesse processo. Alegou que parte das dificuldades financeiras tinha origem em administrações anteriores e contestou a gravidade das irregularidades apontadas pelo Tribunal.

THIAGO ASSIS TEM CONTAS REJEITADAS NOVAMENTE

O ex-prefeito Thiago Assis também enfrenta decisões desfavoráveis relacionadas às prestações de contas de sua administração. A Câmara Municipal de Monte Mor rejeitou, na sessão desta semana, as contas de 2018 e 2019 da Prefeitura, referentes à administração do ex-prefeito. Os vereadores aprovaram dois Projetos de Decreto Legislativo apresentados pela Comissão de Finanças e Orçamento, acompanhando pareceres desfavoráveis do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). As decisões ampliam o histórico de reprovações das contas do ex-chefe do Executivo, que também teve os exercícios de 2016, 2017 e 2020 rejeitados pelo Legislativo.

Entre as irregularidades apontadas pelo Tribunal estão déficits orçamentários e financeiros, ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias ao Ipremor, divergências relacionadas ao pagamento de precatórios e insuficiência de recursos para cobrir despesas assumidas pela administração municipal.

As contas de 2016 e 2017 já haviam sido rejeitadas pela Câmara em 2021. Os julgamentos anteriores, entretanto, foram alvo de questionamentos sobre os procedimentos adotados, especialmente em relação ao direito de defesa do ex-prefeito, e os exercícios voltaram à apreciação do Legislativo em 2026.

Durante os processos, Thiago Assis apresentou manifestações por escrito, contestou as irregularidades e afirmou que sua administração enfrentou dificuldades financeiras. O ex-prefeito também argumentou que foram adotadas medidas para tentar equilibrar as contas públicas, incluindo o parcelamento de obrigações previdenciárias.

As novas rejeições representam decisões desfavoráveis à sua gestão, mas não permitem concluir, isoladamente, que ele esteja impedido de disputar as eleições de 2028.

RODRIGO MAIA TAMBÉM ENFRENTOU QUESTIONAMENTOS

Outro ex-prefeito de Monte Mor com antecedentes envolvendo prestações de contas e decisões judiciais é Rodrigo Maia Santos.

Em setembro de 2016, a Justiça Eleitoral indeferiu inicialmente sua candidatura à Prefeitura, em decisão relacionada à rejeição de contas de sua administração. Na ocasião, Rodrigo Maia reconheceu a existência de duas prestações de contas rejeitadas, mas argumentou que as irregularidades não preenchiam os requisitos legais para torná-lo inelegível. O então candidato informou que recorreria da decisão.

Em setembro de 2025, o **Tribuna Liberal** também noticiou uma condenação de Rodrigo Maia por improbidade administrativa na 1ª Vara Cível de Monte Mor. O processo envolvia um contrato emergencial de fornecimento de merenda escolar firmado em 2005.

A sentença de primeira instância estabeleceu, entre outras sanções, o ressarcimento de danos, multa civil e suspensão dos direitos políticos por seis anos. A decisão ainda admitia recurso, e o ex-prefeito contestou as acusações durante o processo.

Apesar desses antecedentes, não é possível afirmar que Rodrigo Maia esteja atualmente inelegível ou que será impedido de disputar as eleições municipais de 2028. Uma eventual restrição dependerá da situação definitiva dos processos e dos requisitos previstos na legislação eleitoral.

LEI DA FICHA LIMPA

A possibilidade de impedimento eleitoral por rejeição de contas está prevista na Lei Complementar nº 64/1990, modificada pela Lei da Ficha Limpa e por alterações posteriores.

A legislação prevê inelegibilidade por oito anos para gestores que tenham contas rejeitadas, em decisão irrecorrível do órgão competente, em razão de irregularidades insanáveis que configurem ato doloso de improbidade administrativa. O prazo é contado a partir da decisão de rejeição das contas.

Entretanto, a reprovação pelo Legislativo municipal não provoca automaticamente a perda do direito de disputar eleições. Para que a inelegibilidade seja reconhecida, é necessário verificar o preenchimento dos requisitos legais, incluindo a natureza das irregularidades, a existência de dolo e eventuais decisões judiciais que tenham suspendido ou anulado os julgamentos.

A Lei Complementar nº 219, sancionada em setembro de 2025, também trouxe mudanças na legislação eleitoral, estabelecendo critérios mais específicos para a caracterização do dolo nas hipóteses relacionadas à improbidade administrativa.

No caso de ex-prefeitos, o julgamento das contas pela Câmara constitui uma etapa relevante, mas a definição sobre eventual inelegibilidade cabe à Justiça Eleitoral, que deverá examinar a situação jurídica de cada interessado.

Assim, as rejeições de contas aprovadas pela Câmara de Monte Mor em 2026 poderão ser consideradas em futuras análises eleitorais, caso Edivaldo Brischi e Thiago Assis decidam concorrer novamente a cargos públicos.

A situação de Rodrigo Maia, por sua vez, dependerá dos efeitos jurídicos de decisões anteriores e de eventuais desdobramentos dos processos em que figura.

CAMINHÕES ILUMINADOS

Caravana de Natal da Coca-Cola percorre 6 regiões de Sumaré

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Sumaré recebe no dia 18 de novembro, a Caravana de Natal da Coca-Cola FEMSA Brasil. O desfile terá início às 18h, no Assaí Atacadista, localizado na Avenida Eugênia Biancalana Duarte, 501, no Jardim Primavera, e percorrerá ruas e avenidas de seis regiões do município: Centro, Picerno, Nova Veneza, Maria Antonia, Matão e Área Cura. A atração contará com cinco caminhões temáticos, com iluminação especial, cenografia, personagens e recursos audiovisuais. A proposta é levar a programação natalina às ruas.

CENTRO

A saída será do Assaí Atacadista, seguindo pela Avenida Eugênia Biancalana Duarte, Avenida 3M, Viaduto Aristides Moranza, Avenida Júlia Vasconcelos Bufarah, Rua Ipiranga, Avenida Rebouças, Praça das Bandeiras, Praça Manoel de Vasconcelos e Praça da República.

PICERNO

O percurso continua pela Rua Ferdinando Cia, Avenida Fuad Assef Maluf, Praça Júlio Vasconcelos Bordon e Rua Joaquim Ignácio Valente.

NOVA VENEZA

Na região de Nova Veneza, a caravana passará pela Rua Leonor Miranda Biancalana, Rua Francisco Manoel de Souza, Rua Balbina Blumer Hoffman, Rua Luiz da Silva Azevedo Filho, Avenida da Amizade, Avenida São Paulo, Rua Sergipe, Avenida Brasil e Rua França.

MARIA ANTONIA

O trajeto segue pela Estrada Dirce P. Dalben, Rua Vereador Ariosvaldo Calegari, Rua Um, Rua Antônio Gomes Soares e Rua Celso Luiz da Silva.

MATÃO

Na região do Matão, os caminhões passarão pela Rua São Tiago Maior, Rua São Timóteo, Avenida Emílio Bosco, Praça do Evangelho e Avenida Minasa.

ÁREA CURA

A última região prevista no roteiro é a Área Cura, com passagem pela Estrada Municipal Américo Ribeiro dos Santos, Avenida Engenheiro Jaime Pinheiro Uchoa Cintra e Praça do Bom Retiro.

CENÁRIOS TEMÁTICOS

A edição de 2026 apresenta cinco cenários que formam uma narrativa visual durante o desfile. Cada caminhão representa uma parte da experiência natalina.

A Fábrica da Magia apresenta um ambiente de fantasia e encantamento. A Vila do Casal Noel reproduz um cenário relacionado ao universo do Papai Noel e da Mamãe Noel. Já os Ursos Patinadores trazem personagens natalinos à apresentação.

O quarto cenário, Mágica ao Vivo, utiliza efeitos visuais e recursos audiovisuais. Para encerrar a sequência, O Presente representa a troca de afeto, a união e a conexão entre as pessoas.

CONCRETO USINADO

Coden fecha contrato de R$ 2,3 mi para manutenção de ruas em Nova Odessa

Companhia municipal de saneamento básico formalizou empresa para fornecer 2,5 mil toneladas de massa asfáltica durante prazo de um ano; acordo estipula material destinado aos serviços de conservação das vias públicas da cidade

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br



DIVULGAÇÃO
Montante contratado corresponde ao fornecimento do material ao longo de um ano

A Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa (Coden Ambiental) firmou um contrato de R$ 2,3 milhões para a aquisição de massa asfáltica destinada à manutenção das ruas e avenidas do município. O acordo prevê o fornecimento de 2.500 toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), material utilizado em serviços de recuperação e conservação de pavimentos. A contratação foi divulgada no Diário Oficial.

O contrato nº 0026/2026 foi assinado agora em novembro com a empresa Cel Usina de Asfalto Ltda. EPP, vencedora do Pregão Eletrônico nº 0012/2026. O valor total estabelecido é de R$ 2.316.675, com vigência de 12 meses.

De acordo com o extrato publicado pela companhia, o material será utilizado na manutenção das vias públicas de Nova Odessa. O fornecimento ocorrerá conforme as especificações previstas no termo de referência, cabendo à própria Coden realizar a retirada da massa asfáltica durante o período contratual.

O concreto betuminoso usinado a quente é empregado em intervenções de recuperação do pavimento, incluindo serviços de tapa-buracos e recomposição de trechos danificados. A utilização do material busca melhorar as condições de circulação e contribuir para a conservação da malha viária.

Considerando o valor global e a quantidade contratada, o custo médio previsto é de R$ 926,67 por tonelada de massa asfáltica. O montante corresponde ao fornecimento do material ao longo de um ano, não significando que todo o volume será utilizado imediatamente.

A contratação foi realizada por meio do Processo Administrativo nº 0897/2026. O extrato é assinado pelo diretor-presidente da Coden Ambiental, Rean Gustavo Sobrinho.

Apesar da previsão de compra das 2,5 mil toneladas, a publicação não apresenta um cronograma de utilização do material nem informa quais bairros ou vias terão prioridade nos serviços de manutenção.

EXONERAÇÃO

Em outra publicação oficial, a Prefeitura de Nova Odessa confirmou a exoneração de Gustavo Diniz Valente do cargo comissionado de diretor de Serviços Urbanos. A saída ocorreu a pedido do próprio servidor.

A decisão foi formalizada pelo prefeito Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD), por meio da Portaria nº 317/2026.

OPORTUNIDADE

Quase 800 hortolandenses aproveitam descontos de até 100% em juros e multas e quitam dívidas antigas

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Antes de completar 2 meses de lançamento, o Programa de Renegociação de Dívidas Municipais da Prefeitura de Hortolândia já tem o que comemorar. A campanha totaliza R$ 3.907.769,44 em débitos negociados, até o momento. Este e outros dados fazem parte do primeiro balanço, divulgado nesta quarta-feira (11), pela Secretaria de Finanças. A expectativa da Administração Municipal é que o "Negocia Hortolândia" amplie as oportunidades de regularização dos débitos municipais, em 2026, superando os resultados de arrecadação do último Programa de Recuperação Fiscal. Em 2025, o Refis, teve R$ 18.277.871,43 em valores renegociados. Lançado em 21 de setembro deste ano, o novo programa vai até o dia 31 de março de 2027.

O "Negocia Hortolândia" permite a renegociação de dívidas, anteriores a 2026, com as melhores condições de pagamento, de forma simples, descomplicada e com desconto, antes de entrar em situação de protesto e sem recorrer a advogados. O serviço está entre os disponíveis na Praça de Atendimento do "Palácio dos Migrantes", que atende de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. O Novo Paço está localizado na Rua Professora Celina Franceschini Bueno, 100, no Jardim Metropolitan.

Quem procurar a Prefeitura até 31 de março de 2027 encontrará as melhores condições de negociação.



Curiosidades sobre o Direito

Johnny William Bradley

é advogado especialista em responsabilidade patrimonial e execução judicial

E mail: johnny.bradley@hotmail.com
End.: Av. Luís Frutuoso, nº 340, Vila Santana, Sumaré/SP

Direito do Consumidor:
as instituições financeiras devem responder pelos prejuízos causados aos consumidores por falhas na prestação de serviços

Responsabilidade civil dos bancos abrange fraudes, operações não autorizadas, cobranças indevidas e falhas de segurança, assegurando ao consumidor o direito à reparação dos danos sofridos

A crescente utilização dos serviços bancários digitais trouxe inúmeras facilidades aos consumidores, permitindo a realização de transferências, pagamentos e contratações de crédito em poucos segundos. Entretanto, essa evolução também ampliou os riscos de fraudes, golpes eletrônicos, movimentações não autorizadas e outras irregularidades que podem ocasionar expressivos prejuízos financeiros.

Diante desse cenário, uma questão merece especial atenção: **até que ponto as instituições financeiras são responsáveis pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência de falhas na prestação de seus serviços?**

O Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu artigo 14, que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos causados aos consumidores em razão de defeitos na prestação dos serviços. Trata-se da chamada **responsabilidade civil objetiva**, aplicável também às instituições financeiras, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça.

Na prática, isso significa que os bancos possuem o dever de oferecer serviços adequados e seguros, adotando mecanismos capazes de prevenir operações fraudulentas e identificar movimentações incompatíveis com o perfil habitual de seus clientes.

Entre as situações que frequentemente chegam ao Poder Judiciário estão as transferências bancárias não reconhecidas, empréstimos contratados mediante fraude, descontos indevidos em benefícios previdenciários, cobranças de dívidas inexistentes e movimentações financeiras realizadas por terceiros sem autorização do titular da conta.

Nessas circunstâncias, a responsabilidade da instituição financeira deve ser examinada considerando a existência de falha na segurança do serviço, o prejuízo experimentado pelo consumidor e o nexo entre ambos.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio da **Súmula 479**, consolidou o entendimento de que as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos decorrentes de fraudes e delitos praticados por terceiros quando relacionados ao risco inerente à atividade bancária, denominado fortuito interno.

Isso não significa, contudo, que todo golpe sofrido pelo consumidor resulte automaticamente na obrigação de indenizar. Cada situação exige a análise das circunstâncias concretas, especialmente quanto à existência de defeito no serviço e às hipóteses legais de exclusão da responsabilidade.

Outro aspecto relevante diz respeito ao **ônus da prova**. O Código de Defesa do Consumidor admite sua inversão quando presentes os requisitos legais, considerando, entre outros fatores, a vulnerabilidade do consumidor diante da instituição financeira, que normalmente detém os registros técnicos das operações e os mecanismos utilizados para sua autenticação.

Quando comprovada a responsabilidade do fornecedor, o consumidor poderá buscar a restituição dos valores indevidamente retirados, a declaração de inexistência de obrigações fraudulentas e, conforme as particularidades do caso, a reparação por danos morais. A indenização, entretanto, não é automática, dependendo da efetiva configuração dos pressupostos legais.

É importante destacar que, ao identificar qualquer movimentação suspeita, o consumidor deve comunicar imediatamente a instituição financeira, solicitar o bloqueio dos meios de pagamento comprometidos, registrar os protocolos de atendimento e preservar comprovantes, mensagens e demais documentos relacionados à ocorrência.

A segurança das operações financeiras não constitui mera liberalidade das instituições bancárias, mas obrigação inerente à própria atividade que desenvolvem. O avanço tecnológico deve ser acompanhado de mecanismos eficientes de proteção, transparência e prevenção de riscos.

Assim, conhecer os direitos assegurados pela legislação consumerista é fundamental para evitar que prejuízos decorrentes de falhas dos serviços bancários sejam indevidamente transferidos aos consumidores.

Afinal, **a confiança depositada nas instituições financeiras pressupõe não apenas eficiência na realização das operações, mas também responsabilidade pela segurança dos serviços oferecidos à sociedade.**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Prefeitura lança Almanaque Digital de Jogos Pedagógicos em Hortolândia

IV Mostra de Jogos Educacionais reuniu cerca de 125 professores da rede municipal para apresentar projetos inovadores, jogos adaptados e práticas inclusivas; evento marca atividades voltadas à alfabetização, matemática e aprendizagem

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br



DIVULGAÇÃO
Ação aconteceu durante mostra que reuniu mais de 120 educadores de Hortolândia

A criatividade dos professores e o uso de novas tecnologias para melhorar a aprendizagem ganharam destaque em Hortolândia durante a IV Mostra de Jogos Educacionais, realizada nesta semana, no Auditório da Escola de Artes Augusto Boal, no Jardim Amanda II. Promovido pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, o encontro reuniu cerca de 125 educadores da rede municipal para apresentar jogos, atividades adaptadas e experiências desenvolvidas nas escolas ao longo de 2026. A programação também marcou o lançamento da terceira edição do Almanaque de Jogos Pedagógicos, publicação que reúne práticas de ensino voltadas à alfabetização, matemática e inclusão de estudantes com diferentes necessidades de aprendizagem.

A mostra reuniu profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Programa de Fortalecimento Contínuo da Aprendizagem (PFCA), duas frentes de atuação da rede municipal que desenvolvem atividades para ampliar as oportunidades de aprendizagem e atender às necessidades dos alunos.

Ao longo dos dois dias, os professores compartilharam experiências construídas dentro das salas de aula, apresentando materiais educativos que utilizam brincadeiras, desafios, recursos sensoriais e ferramentas digitais para estimular o desenvolvimento das crianças.

O encontro também serviu para valorizar o trabalho dos educadores que, durante o ano, participaram de formações continuadas e desenvolveram estratégias para tornar o ensino mais acessível e envolvente.

Um dos principais resultados apresentados foi o lançamento da terceira edição do Almanaque de Jogos Pedagógicos, produzido com a participação de aproximadamente 65 professores do PFCA e 60 profissionais do AEE.

Disponibilizada em formato digital, a publicação reúne propostas criadas pelos próprios educadores da rede municipal, permitindo que as experiências sejam compartilhadas e utilizadas por outros professores.

O material segue as orientações do Currículo Municipal de Educação, denominado Integra Saberes, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com atividades voltadas ao desenvolvimento de habilidades essenciais para a formação dos estudantes.

Na área da Educação Especial, os jogos foram elaborados com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), abordagem que busca oferecer diferentes formas de participação e acesso ao conhecimento.

A proposta considera que cada criança possui características e necessidades próprias, exigindo recursos que favoreçam sua participação nas atividades escolares.

Entre os trabalhos apresentados estiveram o Adaptador de Pictogramas, o Dominó em Libras, o Jogo da Velha Sensorial e a Comunicação Alternativa Adaptada. Os materiais foram desenvolvidos para facilitar a comunicação, estimular habilidades cognitivas e ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos atendidos pela Educação Especial.

Segundo a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, o Atendimento Educacional Especializado acompanha mais de 1,4 mil crianças na rede municipal.

Já os professores do Programa de Fortalecimento Contínuo da Aprendizagem apresentaram jogos destinados principalmente ao desenvolvimento da leitura, escrita, alfabetização e matemática.

Entre as atividades exibidas estavam A Floresta dos Contos de Fadas, De Grão em Grão: Explorando o Conceito Multiplicativo, SILABOL: Jogo das Sílabas e Roleta da Multiplicação.

Os recursos utilizam situações lúdicas para estimular a interpretação de textos, o reconhecimento de palavras, a construção de frases e o raciocínio lógico, permitindo que os estudantes aprendam por meio de experiências práticas.

Em 2026, o PFCA atendeu 29 escolas municipais de Hortolândia, beneficiando aproximadamente 3 mil crianças.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A utilização da tecnologia também ganhou espaço entre os projetos apresentados. Um dos destaques foi uma plataforma digital criada pelo professor Diego Pio, que atua no quarto ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Patrícia Maria Capelato Basso.

O educador desenvolveu um ambiente virtual com diferentes atividades de letramento, permitindo que os alunos aprendam por meio de jogos interativos.

Entre os recursos apresentados estão Brincando com Sílabas, voltado ao reconhecimento e à formação de palavras, e Jogo da Memória Sonoro, que utiliza elementos de uma fazenda para estimular a associação de sons e imagens.

O projeto incorporou ferramentas de inteligência artificial para criar vozes, efeitos sonoros e animações. Entre os recursos utilizados estão AI Studio, Fish Audio e Flow.

A experiência mostrou como ferramentas digitais podem ser utilizadas pelos professores na criação de atividades pedagógicas, ampliando as possibilidades de interação dos estudantes com os conteúdos escolares.

Além dos projetos digitais, a mostra apresentou materiais físicos e sensoriais produzidos pelos próprios educadores, demonstrando que atividades simples também podem contribuir para o desenvolvimento das crianças quando são planejadas de acordo com suas necessidades.

Os trabalhos apresentados resultaram de um processo de formação continuada realizado entre março e novembro, com acompanhamento da equipe do Departamento de Pedagogia da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Durante esse período, os profissionais participaram de atividades de capacitação e desenvolveram propostas que posteriormente foram utilizadas nas unidades escolares.

Na abertura da mostra, o diretor do Departamento de Pedagogia e Formação Continuada, Aparecido Donizeti Chagas de Faria, destacou que o principal objetivo das iniciativas é fortalecer a aprendizagem dos estudantes.

"Nós existimos para promover a aprendizagem. Esse é o objetivo maior de mais uma edição deste material que hoje estamos lançando em forma de e-book. É um princípio fundamentalmente importante, inclusivo, e que gera aprendizagem, que é a nossa maior e mais preciosa matéria-prima", afirmou.

A secretária municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Simone Locatelli, ressaltou a importância de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos professores na criação de novas metodologias de ensino.

"É inspirador ver a motivação de um professor ao criar jogos, envolver os alunos e estruturar toda uma metodologia, é um trabalho belíssimo de excelência que nem sempre ganha os holofotes. Essa iniciativa vai muito além de aprimorar o ensino; ela serve para valorizar, apoiar e fortalecer quem faz a educação acontecer todos os dias na sala de aula", destacou.

A realização da quarta edição da mostra também permitiu que os educadores conhecessem experiências desenvolvidas em outras unidades da rede, favorecendo a troca de conhecimentos e a utilização de novas estratégias de ensino.

A Secretaria de Educação informou que os projetos e jogos apresentados neste ano serão catalogados para integrar a quarta edição do Almanaque de Jogos Pedagógicos, prevista para 2027.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

MEI pode receber salário-maternidade mesmo tendo carteira assinada?

Mulheres que trabalham com carteira assinada e também exercem atividade como microempreendedoras individuais podem ter direito a dois salários-maternidade, desde que cumpram os requisitos para cada atividade.

Uma decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) reforçou o entendimento de que o recebimento de salário-maternidade pelo emprego formal não impede a concessão de outro benefício relacionado à atividade como microempreendedora individual (MEI).

No caso analisado, uma segurada trabalhava com carteira assinada e também contribuía para o INSS como MEI quando seu filho nasceu, em 21 de fevereiro de 2022. Ela recebeu o salário-maternidade referente ao vínculo empregatício, mas teve negado o pedido relacionado à atividade como microempreendedora, sob a justificativa de ausência de carência.

Ao revisar o Acórdão nº 2.994/2024, o CRPS reconheceu que a segurada havia realizado contribuições como MEI entre outubro de 2020 e fevereiro de 2022. O colegiado também considerou comprovadas a qualidade de segurada e a ocorrência do parto.

Com isso, anulou a decisão anterior e reconheceu o direito ao salário-maternidade referente à atividade como MEI.

É POSSÍVEL RECEBER DOIS SALÁRIOS-MATERNIDADE?

Sim. Quando a mulher exerce simultaneamente mais de uma atividade remunerada e contribui para o INSS em cada uma delas, pode ter direito ao salário-maternidade relativo a cada atividade.

Isso significa que receber o benefício pelo emprego com carteira assinada não impede, automaticamente, o reconhecimento de outro pagamento pela atividade como MEI.

É necessário, contudo, comprovar que as atividades eram efetivamente exercidas na época do parto e que os requisitos previdenciários estavam preenchidos em relação a cada uma delas.

A CARÊNCIA DO SALÁRIO-MATERNIDADE AINDA É EXIGIDA?

Não. O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2024, declarou inconstitucional a exigência de dez contribuições mensais para a concessão do salário-maternidade às contribuintes individuais, facultativas e seguradas especiais.

Após essa decisão, a carência deixou de ser exigida dessas categorias. Entretanto, a qualidade de segurada continua sendo necessária para a concessão do benefício.

O Enunciado nº 19 do CRPS também reconhece a inexigibilidade da carência e prevê a possibilidade de pagamento do salário-maternidade por atividades concomitantes, desde que comprovado o exercício de cada atividade na data do parto.

O QUE A TRABALHADORA DEVE OBSERVAR?

A mulher que possui emprego formal e também atua como MEI deve acompanhar suas contribuições previdenciárias e verificar se os vínculos e recolhimentos estão corretamente registrados no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

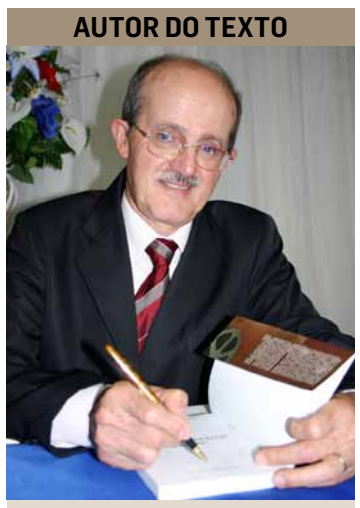
Caso o INSS conceda o salário-maternidade apenas pelo emprego formal e negue o benefício referente à atividade como MEI, é importante analisar o motivo do indeferimento e verificar se existem elementos para contestar a decisão.

Portanto, ter carteira assinada não impede que a mulher receba salário-maternidade também como MEI. O direito pode existir para cada atividade exercida simultaneamente, desde que sejam atendidas as condições previdenciárias aplicáveis.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

Fatos, pessoas e cenas pitorescas da Câmara

AUTOR DO TEXTO



Francisco Antônio de Toledo

Historiador e Diretor da Pró-Memória

FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ



João Francisco Yanssen

Ao longo dos cinqüenta anos de vereança, em que foram discutidos grandes projetos de lei, em que foram debatidos e aprovados centenas de requerimentos e indicações, é possível garimpar pérolas de raro lavor, umas picantes, outras risíveis, umas engraçadas, outras grotescas. Todas fazem parte de qualquer Câmara municipal, estadual ou federal. Edis, deputados estaduais, federais, senadores, ministros e até presidentes da República, apesar de investidos do poder e engravatados, não deixam de ser homens mortais como todos os outros.

Na empolgação de suas funções, os nobres representantes do povo deixam às vezes a nobreza, as excelências deixam de ser excelentes e se comportam como a plebe.

Também faz parte do jogo democrático a presença de políticos ineptos e folclóricos, eleitos legitimamente. Servem para contrabalançar a presença dos competentes e dos sisudos, dos espertos e dos safados, que os há em todas as esferas do poder, que sempre houve e haverá.

É com esse olhar diferente que se pode tecer outro lado da história da nossa Câmara Municipal. Não é o lado melhor, nem o pior. É o lado diferente. O objetivo não é magoar ou denegrir. É recordar para reconstruir a história. Aos fatos.

MUGIDOS QUE CORTAM A NOITE

Em 1955 Sumaré começava a perder a feição de vilarejo de Campinas e ganhava ares de cidade. Tinha-se emancipado, tinha seu prefeito e seus vereadores. Todos queriam ver a cidade crescer, progredir, ficar bonita.

Por isso o vereador José Pereira pedia, na sessão de 7 de novembro de 1955, que a Prefeitura tomasse providências quanto a ***"um curral na Rua Antonio Jorge Chebabi, pois as vacas e os bezerros ali retidos não deixam, à noite, que possa a vizinhança dormir, tendo em vista os intercalados mas constantes mugidos que cortam a noite"***.

Essa era a bucólica Sumaré há 50 anos, e esse era, pelo jeito, à falta de outros, um problema para a cidade. Só para esclarecer: o curral a que se refere o vereador talvez seja o pátio do fundo da Subprefeitura, onde hoje está a Secretária Municipal de Cultura. Na época era costume apreender os animais vadios que perambulavam pelas ruas e confiná-los nesse local, até que os seus proprietários os retirassem, depois de pagar a devida multa.

JUSCELINO KUBISTCHEK E ULISSES GUIMARÃES

Juscelino era o Presidente da República e Ulisses Guimarães era deputado federal em 1955. Quem não os conhece, ou, ao menos, não ouviu falar deles? Pouca gente, porém, imaginava que eles tivessem alguma ligação com Sumaré. Então leia.

"Atendendo solicitação me foram dirigidas amigos e entidade desse próspero município informo com maior satisfação desincumbirei dever envidar todos os esforços conjuntamente bancada e prestigioso deputados essa região sentido proposta orçamentária para 1957 consigne dotações organizações assistenciais a esse município. PT. Atenciosamente. a) Ulisses Guimarães".

Esse é o telegrama, datado de 26 de junho de 1956, enviado pelo então Presidente da Câmara Federal, à Câmara Municipal de Sumaré, conforme consta em seu livro de Atas de 6 de agosto do mesmo ano.

Aproveitando o momento de glória, alguns vereadores de Sumaré em 9 de agosto seguinte, enviam carta ao Presidente Juscelino Kubitschek pedindo ***"melhoria de preços para a sacrificada classe de pecuaristas de todo o Brasil, formada em grande parte de pequenos leiteiros"***.

A Presidência da República respondeu.

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

Mas, a Câmara de Sumaré não se correspondia apenas com os Juscelinos e os Ulisses. Dava vôos mais altos. Em setembro de 1970, o edil José Pereira requereu inserção em Ata de um voto de pensar pelo falecimento do Presidente da República Árabe Unida ocorrido em 28 de setembro PP. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

SORVETE EM PAUZINHO

Hoje seria estranho, mas naquele tempo, não. O vereador João Francisco Yanssen, conhecido como "Zi", comenta na Câmara que ***"o preço do sorvete em pauzinho está muito alto e pede que os sorveteiros de Sumaré abaixem o preço"***. Ele tinha razão. O sorvete havia passado de 1 para 2 cruzeiros. Em Americana, diz o vereador, o sorvete em pauzinho custa 1 cruzeiro. Era fevereiro de 1958. O Prefeito mandou baixar para 1 cruzeiro. E os sorveteiros obedeceram.

MUARES, EQUINOS E BOVINOS

O mesmo "Zi" Yanssen, que gostava de sorvete, também se incomodava com outras coisas. Criticava no plenário a presença de ***"animais de sela no centro da cidade por horas a fio, objetivando eliminar características e desagradáveis exalações"***. É que muitos sitiantes vinham à cidade a cavalo, amarravam seu corcel a um poste e iam fazer seus negócios.

E Geraldo Barijan, em abril de 1959, também esbravejava contra a presença de animais soltos pelas vias públicas. ***"Só a mureta de uma mesma residência já foi derribada três vezes... De que modo? Por animais (muares, eqüinos) que invadem quintais, que se esfregam em portões e muretas, pondo ao chão tudo que se lhes depare"***.

O incansável Barijan, um dos mais combativos edis desses 50 anos na Câmara, que ocupou amplo espaço em seus cinco mandatos, deixou também uma página pitoresca e de bom gosto literário.

"Numa destas noites – diz na sessão de 6 de abril de 1959 – um carrinho de padeiro chocou-se com uma vaca (vaca, sim, senhores!) capotando espetacularmente. Felizmente, não houve danos, afora o trabalho, é claro, de recolhimento de pães".

E prossegue o orador:

"Outra ocorrência digna de menção, Senhores Vereadores, é aquela que se verifica todas as noites defronte ao prédio da Cooperativa Agro-Pecuária de Sumaré, sita à Rua Antonio do Valle Mello, esquina com Justino França. O citado local, como que à hora marcada, já se tornou ponto de reuniões de bestas, éguas, cavalos e que tais. Ao parlamentar afiguraria, por certo, um Centro de Debates Cavalar. Atraídos, eis a verdade, por resíduos, restos de farelo, de sal, etc. que sobram nos passeios ou nas sarjetas, após carregamento ou desembarque, ali se encontram os cavalares, os muares boêmios da cidade, para lamberam os passeios, a sarjeta e até mesmo as paredes do prédio da Cooperativa. E, consumado o ágape, relincham (de satisfação, talvez), escouceiam-se, comemoram, enfim. E que se danem, senhores Vereadores, os moradores das adjacências...Eis porque, deixo aqui o meu apelo".

Não consta se a Prefeitura tomou logo as devidas providências. Mas, a cidade foi crescendo e aos poucos expulsando esses boêmios quadrúpedes do espaço urbano.

MAGOTES DE MANCEBOS IRREVERENTES

'Thomas Dedona faz parte da história de Sumaré. Homem ético e sério, foi Juiz de Paz, Vereador e cidadão prestante. Morreu velhinho, sem nunca compactuar com a mentira e a injustiça. Vereador na segunda Legislatura pediu providências ao Serviço de Fiscalização da Prefeitura contra ***"o atravancamento de passagem de pedestres nos passeios da Rua Sete de Setembro, aos domingos, por magotes de engraxates; contra o modo irreverente de moços se assentarem nos bancos dos jardins, fazendo, dos encostos, assento e, destes, ponto de apoio para descanso dos pés"***.

BRIGA DE BÊBEDOS

No tempo em que Hortolândia era um bairro, havia vários bares e botecos. Num desses bares aconteceu o que para Roncolatto mereceu fazer parte do diário da Câmara. Com a palavra o vereador:

"Há dias, Hortolândia foi palco de briga sensacional, digna do western americano. Dois ou três homens envolveram-se, dentro do mais freqüentado bar do distrito, em luta corporal. Balcões e mesas substituíram trincheiras. Garrafas espatifaram-se de encontro às paredes. Resultado: três feridos. Compareceram, finalmente, ao local da cena, dois policiais de Sumaré. Um deles, dizia-se cabo. Dizia-se, porque, de divisas na manga da túnica, nem cheiro. Mas sabia abusar da autoridade de que se julgava investido. Eis uma nota pitoresca desse policial: em dado momento, entregou seu cassetete a um dos bêbedos briguentos, para que este vigiasse o outro". Foi em dezembro de 1960.

Não se sabe o final da história, mas a grafia está correta: pode ser bêbado ou bêbedo.

DO LIVRO "CÂMARA MUNICIPAL – 50 ANOS DE HISTÓRIA"



FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

ANTIGA PASSAGEM DE NÍVEL



Fotografia da antiga passagem de nível sobre os trilhos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, no meio da rua Bandeirantes. Essa passagem foi fechada depois da construção do Viaduto "Comendador Aristides Moranza". No alto, à esquerda, vê-se a casa mais antiga de Sumaré, que pertencia ao sr. Joaquim Raposeiro – já reformada. Ao lado dela, instalações semidemolidas do antigo Posto Foffano, que encerrou suas atividades após o fechamento da passagem.

PALMEIRINHA



Foto de 1951 do time de futebol do Palmeirinha, que disputava partidas amistosas no campo do Alliança e região. Nessa foto eles ganharam um troféu em Americana. Vemos de pé, da esquerda para a direita: Natal Fabbri (Nenê Baiano), Odair Salgado (Nê), Alécio Biondo, Alceu Lorençatto, Joaquim Marques (Tita), Jurandir Fabbri, José Salgado e Orlando Fabbri. Agachados, na mesma ordem: Zé Pretinho, Jaime Marques, Francisco Silveira Rosa Neto, Octávio Tomazin, Donaldo Consulin e Hamilton Carmelo.

DINHO FRUTUOSO

Clodoaldo Frutuoso, o popular "Dinho", era contabilista. Tinha um Escritório Contábil na primeira quadra da Avenida 7 de Setembro, à esquerda, para quem sobe. Era filho do grande jogador de futebol Luiz Frutuoso. Como o pai, foi também um grande jogador, vestindo a camisa alvi-verde do Clube Recreativo e Esportivo Alliança. Foi vereador na 3ª. e na 7ª. Legislatura da Câmara Municipal (1963-1966 e 1977-1982).



JOVENS DE SUMARÉ



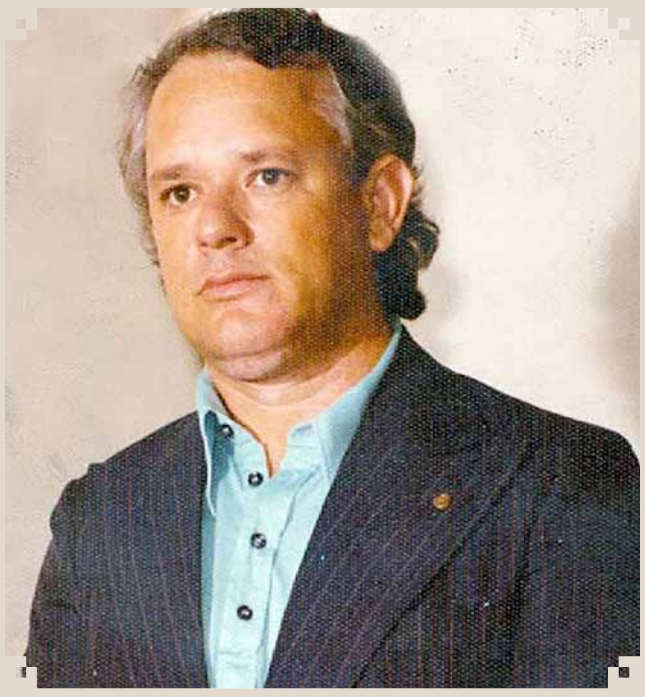
Jovens de Sumaré, frequentando o jardim da Praça da República, em foto do início da década de 1950. São eles, da esquerda para a direita, de pé: Dorian Prado, Jaime Marques, Pedrinho (...), Alceu Lorençatto, Plínio Giometti Filho e José Carlos de Vasconcellos (Zéca). Agachados, na mesma ordem: Antônio Sanguini Jr. (Nê), Joaquim Marques (Tita) e Hamilton Carmelo.

PAULO MALUF EM SUMARÉ



Paulo Salim Maluf esteve diversas vezes em Sumaré, como parlamentar ou como Governador. Nesta foto da década de 1970 ele foi recebido por autoridades e empresários na Câmara Municipal. Ele está no centro do registro, discursando. À sua direita vemos Jair Juabre (Presidente da ACIAS) e Luiz Mário de Toledo (vereador). À sua esquerda estão João Smânio Franceschini (Prefeito de 1973 a 1976) e Fuad Assef Maluf (empresário).

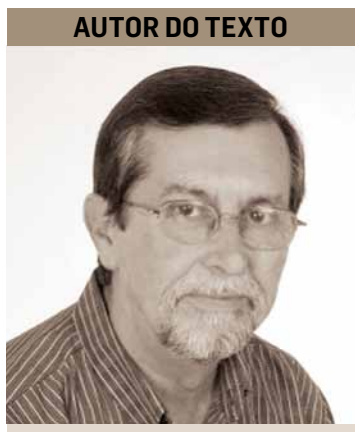
DOUTOR JOSÉ IRENO



José Ireno Zacarchenco formou-se advogado na Faculdade de Direito da PUC-Campinas. Exerceu a profissão na cidade, mas tornou-se mais conhecido como empresário – fundador e sócio das Imobiliárias ALPHA e KACHENCO. Foi candidato a Prefeito em 1976. José Ireno descende de famílias de imigrantes russos e norte-americanos.

Museu Histórico e Pedagógico Dr. Carlos de Campos

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Museu Municipal de Monte Mor

O Museu Histórico e Pedagógico Dr. Carlos de Campos foi criado pelo Decreto Estadual nº 49.351, de 29 de fevereiro de 1968, durante o governo de Roberto Costa de Abreu Sodré (1967–1971), tendo como prefeito municipal de Monte Mor o senhor Benedito Santos (1964–1968). Sua criação representou uma importante iniciativa para a preservação da história e da memória do município, proporcionando à população um espaço destinado à guarda de documentos, fotografias, objetos e outros registros relacionados à formação histórica e cultural de Monte Mor.

A instituição foi inaugurada em 5 de abril de 1970 e passou a funcionar em regime de administração compartilhada entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal. Pelo acordo estabelecido, o Estado se responsabilizava pela manutenção de um diretor e de mais um funcionário, enquanto a Prefeitura assumia o compromisso de oferecer o prédio, fornecer água e energia elétrica, custear as despesas gerais e disponibilizar pessoal para os serviços de limpeza e conservação.

Durante alguns anos, o museu conseguiu desenvolver suas atividades dentro desse sistema de cooperação. Entretanto, com o passar do tempo, começaram a surgir dificuldades para a manutenção da instituição. O Governo do Estado decidiu que não poderia mais arcar com as despesas relativas aos funcionários, enquanto a Prefeitura também passou a questionar os encargos que lhe cabiam, especialmente diante da necessidade de uma reforma no edifício, localizado à rua 15 de Novembro nº 16, que já apresentava condições bastante precárias. Sem recursos e sem uma solução administrativa que garantisse sua continuidade, o museu passou a funcionar apenas em determinados dias da semana, até que finalmente fechou suas portas.

O encerramento das atividades, porém, não significou apenas a interrupção do atendimento ao público. O destino do acervo, que reunia importantes testemunhos da história local, tornou-se motivo de grande preocupação. Posteriormente, a Prefeitura transferiu todo aquele material para um depósito que não apresentava condições adequadas para sua conservação. Sem os cuidados necessários, documentos, fotografias, objetos e peças históricas ficaram expostos à umidade, ao mofo e à ação de pragas, como cupins e carunchos. Como consequência desse abandono, uma parte considerável do patrimônio foi danificada ou destruída, representando uma perda irreparável para a memória histórica de Monte Mor.

Diante dessa situação, iniciou-se uma mobilização de pessoas da comunidade, preocupadas com o desaparecimento de um patrimônio que pertencia não apenas ao poder público, mas a toda a população montemorense. Entre aqueles que se empenharam nessa causa, merece destaque o antropólogo Dr. Desidério Aytai, cuja atuação foi fundamental para chamar a atenção das autoridades para a necessidade de preservar o que ainda restava do acervo. Sensibilizado com a situação e reconhecendo a importância daquela iniciativa, o então prefeito José Luís Gomes Carneiro decidiu criar um Museu Municipal, destinado a receber, guardar e conservar o material remanescente do antigo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Carlos de Campos.

Para abrigar a nova instituição, foi construído um prédio especialmente destinado a essa finalidade. O Museu Municipal, depois denominado Elizabeth Aytai, foi inaugurado em 5 de novembro de 1988, representando uma nova etapa na luta pela preservação da história e do patrimônio cultural da cidade. A iniciativa permitiu que parte da memória que havia sobrevivido às dificuldades anteriores voltasse a ter um espaço próprio, possibilitando sua organização e sua apresentação à comunidade.

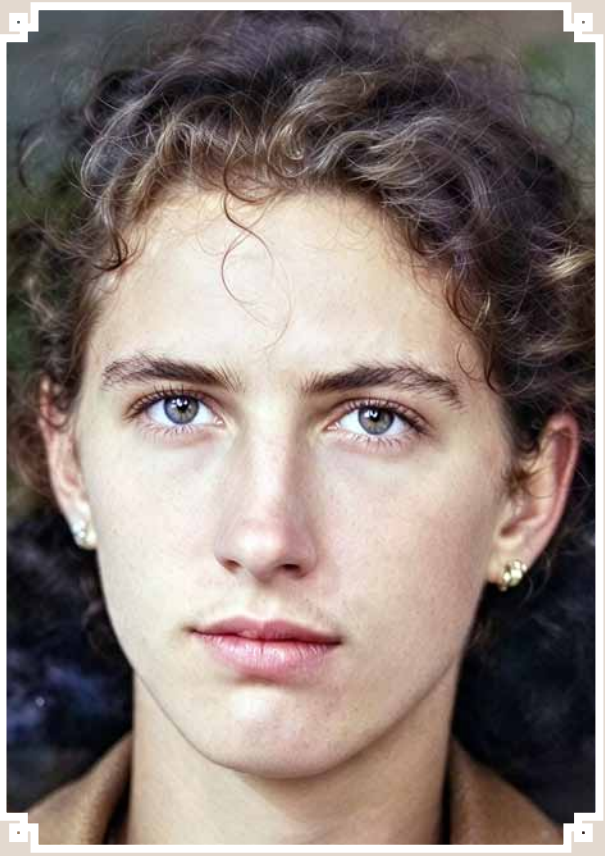
Anos mais tarde, entretanto, a Prefeitura decidiu destinar o edifício a outras atividades, o que levou à transferência do museu para outro endereço, na Rua Siqueira Campos, nº 196. Nesse local, a instituição permaneceu funcionando por vários anos, mantendo sob sua responsabilidade o acervo histórico que havia sido resgatado e preservado. Posteriormente, durante o segundo mandato do prefeito Thiago Assis (2017–2020), foi tomada a decisão de transferir novamente o museu, desta vez para o prédio originalmente construído para abrigar a instituição.

É importante esclarecer que, embora o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Carlos de Campos tenha deixado de funcionar como instituição independente, ele continuou existindo formalmente durante muitos anos, mesmo sem possuir sede própria. Nesse período, seu acervo permaneceu sob a guarda do Museu Municipal Elizabeth Aytai, que assumiu a responsabilidade pela conservação do material remanescente. Foi somente durante o primeiro mandato do prefeito Thiago Assis (2013–2016), por intermédio da Diretoria de Cultura e com a participação da Secretaria de Cultura do Estado, que se realizou o processo administrativo de extinção daquela instituição e a formalização da doação de seu acervo ao Museu Municipal Elizabeth Aytai.

Assim, a trajetória do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Carlos de Campos é marcada por diferentes momentos: sua criação, inauguração, período de funcionamento, dificuldades de manutenção, fechamento, transferência inadequada de seu patrimônio e, finalmente, o esforço da comunidade e do poder público para preservar aquilo que ainda poderia ser recuperado. É uma história que também revela como a falta de continuidade administrativa e de políticas permanentes de preservação pode comprometer bens culturais de valor inestimável.

Atualmente, o Museu Municipal Elizabeth Aytai representa a continuidade desse esforço de preservação, mantendo viva uma parcela significativa da história de Monte Mor. Mais do que um local destinado à exposição de objetos antigos, um museu é um espaço de conhecimento, educação e valorização das raízes de uma comunidade. Nele, as novas gerações podem conhecer o passado, compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo e reconhecer a importância das pessoas que contribuíram para a construção da cidade. Preservar um museu é, portanto, preservar a própria identidade de um povo, garantindo que suas lembranças, conquistas e histórias não se percam com o passar dos anos.

IOLANDA PONTIN



Iolanda Pontim nasceu em Monte Mor, no dia 2 de setembro de 1924, e era filha de Hermenegildo Pontin e de Dulciana Maiolo. Passou toda a infância e juventude em sua terra natal, onde construiu suas primeiras histórias e laços familiares. Em 7 de julho de 1945, aos vinte anos de idade, casou-se com José Colin, natural de Vinhedo, em cerimônia realizada em Monte Mor. Algum tempo depois, o casal transferiu sua residência para Americana, cidade onde estabeleceu seu lar e viveu boa parte de sua vida. Foi também em Americana que ambos vieram a falecer, encerrando suas trajetórias de vida longe da cidade onde Iolanda nasceu e passou os primeiros anos de sua história.

LOUDES MARIA CAPITONI PEREIRA



Lourdes nasceu no dia 6 de abril de 1934, em Mogi Mirim, e era filha de Augusto Américo Capitoni e de Francisca Maria de Jesus. Casou-se com Sebastião Rosa em 9 de setembro de 1950, também em Mogi Mirim, união da qual nasceram os filhos: Maria Aparecida Pereira, José Antônio Pereira, Antônio Augusto Pereira, Lúcia Aparecida Pereira e Ademir Rosa Pereira. Lourdes foi uma mulher dedicada à família, tendo no lar, no esposo e nos filhos a razão maior de sua vida. Carinhosa, companheira e sempre presente, desempenhou com amor e dedicação seu papel de esposa e mãe, construindo ao lado de Sebastião uma família admirável, unida e muito querida entre os montemorenses. Sua trajetória foi marcada pela simplicidade, pelo carinho e pelos valores familiares que transmitiu aos seus descendentes, deixando lembranças que permanecerão vivas na memória daqueles que tiveram o privilégio de conhecê-la e conviver com ela. Faleceu no dia 1º de fevereiro de 2020 e foi sepultada no Cemitério Municipal de Monte Mor.